

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.350.485 - DF
(2018/0215317-6)**

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
AGRAVANTE : MAPFRE VIDA S/A
ADVOGADOS : KÁTIA MARQUES FERREIRA - DF030744
LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS - DF038706
LAYANE LIRA MOURA - DF041254
FERNANDO O'REILLY CABRAL BARRIONUEVO - DF040859
AGRAVADO : BRUNO AUGUSTO DOS REIS SANTOS
ADVOGADO : GREGORY BRITO RODRIGUES - DF042416
AGRAVADO : BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A
ADVOGADOS : GUILHERME SILVEIRA COELHO - DF033133
MATEUS ROCHA TOMAZ - DF050213
THIAGO AUGUSTO GONÇALVES BOZELLI - DF049334

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA DA PRESIDÊNCIA DESTA CORTE QUE NÃO CONHECEU DO RECLAMO.

INSURGÊNCIA RECURSAL DA DEMANDADA.

1. Razões do agravo (art. 1042 do NCPC) que não impugnaram especificamente os fundamentos invocados na decisão de inadmissão do recurso especial. Em razão do princípio da dialeticidade, deve a parte agravante demonstrar, de modo fundamentado, o desacerto da decisão agravada. Correta aplicação analógica da Súmula 182/STJ: "É inviável o agravo do art. 545 do CPC [73] que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada".

2. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 05 de fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator